

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

O novo Plano Estratégico do Poder Judiciário para o sexênio 2021 – 2026 foi aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça, por meio da Resolução nº 7, de 25 de maio de 2021, considerando as contribuições apresentadas pela sociedade, magistrados e servidores ([clique aqui](#)).



A missão sofreu uma pequena alteração, e agora é definida como:

“Contribuir para a paz social por meio da prestação de serviços jurisdicionais acessíveis, efetivos e em tempo razoável”

E a visão de futuro está assim estabelecida:

“Até 2026, ser reconhecido pela sociedade como uma justiça célere e efetiva, fundamentada nos valores institucionais e estar entre os melhores tribunais estaduais de porte semelhante na prestação jurisdicional”

O documento, que está alinhado à Estratégia Nacional instituída pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução nº 325, de 25 de junho de 2020, apresenta, também, os 13 Macrodesafios estabelecidos, bem como, os valores institucionais, tendências atuais, cenários desejados, pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças do Poder Judiciário de Alagoas.

O planejamento busca aumentar a qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário, no curto e no longo prazo, conciliando os interesses de diversos parceiros, antecipando e propondo a solução de problemas e administrando mudanças.

- **APMP REALIZA ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS MACRODESAFIOS DO PLANO ESTRATÉGICO**

A Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP) realiza reuniões periódicas com os gestores dos Macrodesafios para atualizar o andamento das iniciativas formuladas no Plano Estratégico 2021-2026.

Os gestores designados auxiliam a gestão para a execução da estratégia formulada, propõe iniciativas e ações concernentes aos Macrodesafios que gerenciam, acompanham o andamento das ações e a evolução dos indicadores estratégicos, realizam a interlocução com unidades (quando necessário), e podem participar das Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) junto ao Comitê de Gestão Estratégica (CGE).

Todos os anos a APMP publica no endereço eletrônico do TJAL a evolução das iniciativas e dos indicadores estratégicos. A previsão é que em fevereiro seja publicado resultado do primeiro ano do nosso novo Plano Estratégico.



- **COMISSÃO DE AVALIADORES DE BOAS PRÁTICAS APROVAM 3 NOVAS PRÁTICAS EM 2021**



No dia 1º de dezembro de 2021, a comissão de Avaliadores de Boas Práticas aprovou 3 novas práticas para fazerem parte do Banco de Boas Práticas do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

As três novas práticas aprovadas são:

1 - Atos processuais com minutas pelo Whatsapp e contato com as partes, que permitem que o processo seja sentenciado de forma célere;

2 – Manual de preparação e padronização de audiências virtuais; e

3 - Guia prático de audiência virtual.

Boas práticas são atividades, ações ou experiências que contribuam para aprimorar os processos de trabalho, a agilidade da prestação jurisdicional, a satisfação do público alvo, o alcance das metas estratégicas, as práticas sociais, as práticas ambientais, a otimização de despesas e outros aspectos significativos aos serviços. Conheça o Banco de Boas do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas ([clique aqui](#)).

Objetivos e Comprometimento com a Gestão da Qualidade

Com a instituição do Plano Estratégico do Poder Judiciário de Alagoas para o período 2021 – 2026 os indicadores da qualidade também passaram por atualização.

Com base no Plano Estratégico formatado para o próximo sexênio, foram revisados os indicadores, suas fórmulas e, ainda, foram projetadas as metas a serem percorridas para o período.

A última versão do **D.APMP.03** (Objetivos e Comprometimento com a Gestão da Qualidade) encontra-se disponível no Portal da Estratégia em 'Qualidade > Documentos do Sistema de Gestão da Qualidade > APMP – Gestão Estratégica' ([Link](#)). O documento, além de expor os indicadores atualizados, vincula-os aos macrodesafios do PE e aos processos inseridos no SGQ, exibindo também as metas para o ano em curso e a periodicidade de cada um.

SAIBA MAIS!

Como abordar riscos e oportunidades?

Abordar riscos e oportunidades é um dos pré-requisitos previstos pela ISO 9001:2015 e que está presente no **D.APMP.02** (Manual do Sistema de Gestão da Qualidade).

Ao abordar os riscos, o objetivo é se prevenir de problemas, garantindo que o SGQ entregue os resultados planejados (saídas). Ao abordar as oportunidades, podem ser adotadas novas práticas, como por exemplo um novo método de execução da rotina com a utilização de alguma tecnologia avançada.

Para auxiliar nesse processo o Manual da Qualidade traz em seu subitem 6.1. as ações trabalhadas para abordar os riscos e as oportunidades, que são mapeados e registrados em formulário específico e julgados conforme metodologia adotada pela DQUA.



[Link](#)

Mapa de Controle

No último quadrimestre o F.APMP.11 (Mapa de Controle) foi atualizado juntamente aos Representantes da Qualidade das unidades inseridas no SGQ.

Cada unidade administrativa e judicial inserida no sistema de gestão têm periodicamente seus registros revisados no Mapa de Controle. Dentre as informações contidas no formulário, temos:

- **Guia do processo.**

Que apresenta o que é demandado (entradas) e entregue (saídas) por cada unidade, quais documentações externas ao Tribunal de Justiça de Alagoas são consultadas/seguidas para a devida execução das instruções de trabalho (procedimentos), os recursos necessários, as formas de monitoramento das rotinas (avaliação/validação) e as partes interessadas no processo.

- **Plano de comunicação.**

Que exibe o que é comunicado perante o processo, quem recebe a informação, o meio que é transmitida e a sua periodicidade.

- **Controle de mudanças.**

Descreve a mudança vivenciada, quem a autorizou, os responsáveis por implementá-la, seu propósito, suas potenciais consequências e necessidades de alocação/relocação de responsabilidade, conhecimento novo ou recursos.

- **Riscos para a qualidade.**

Que mapeia os possíveis riscos para o processo, seus fatores geradores, suas consequências, com os níveis de risco pontuados (probabilidade x consequências) e os tratamentos necessários, trazendo um plano de ações contendo ações contingenciais, preventivas, com seus prazos e responsáveis.

As últimas atualizações do **F.APMP.11** também se encontram disponíveis no Portal da Estratégia em 'Qualidade > Mapas de Controle' ([Link](#)).



TJAL ALCANÇA O 8º LUGAR EM ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DO CNJ

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) alcançou, em 2020, a 8ª colocação no Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Corte estadual atingiu 58,3%, uma variação positiva de 6,9 pontos percentuais em relação a 2019 e de 8,8 pontos em comparação a 2018.

Levando em conta apenas os TJs de pequeno porte, o de Alagoas ficou em quarto lugar, atrás dos Tribunais do Amazonas (67,9%), Acre (67,3%) e Roraima (58,6%). O resultado consta no 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, que pode ser conferido aqui ([clique aqui](#)).

"Foi um ótimo resultado. Saímos do 11º para o 8º lugar entre os Tribunais de Justiça. Comparando desde o início, foi um salto grande", afirmou o coordenador do Núcleo Socioambiental do TJAL, Alexandre Caiado, ressaltando que o apoio e os esforços da Comissão Socioambiental do Tribunal foram importantes para o alcance do índice. "A Comissão, que tem à frente o juiz Carlos Pita, contribui e valida as ações do Núcleo", destacou.

O IDS leva em conta diversos indicadores tais como o consumo de energia, de copos plásticos, papel e água, além do gasto com impressões e combustíveis, por exemplo. Também considera a participação dos tribunais em ações solidárias, de capacitação socioambiental e de qualidade de vida.

No âmbito da Justiça Estadual, o TJ de Alagoas aparece como o que mais realizou ações solidárias, entre 2015 e 2020. Foram ao todo 361. "Entram aí ações da Escola da Magistratura e de outras áreas, assim como as feiras agroecológicas realizadas pelo Tribunal em parceria com produtores rurais. Chegamos a realizar duas por semana, de 2019 até 2020, quando veio a pandemia", explicou Alexandre Caiado.

INDICADORES Papel

O consumo de papel no TJAL, em 2020, foi de 1,7 resma por pessoa, o quinto mais baixo entre os tribunais de pequeno porte.

Copos descartáveis

O consumo de copos descartáveis no TJAL, em 2020, foi de 0,8 cento por pessoa, o quarto mais baixo entre as Cortes de pequeno porte. Em 2019, a Presidência assinou ato normativo extinguindo o uso desses copos pelos servidores do Tribunal.

Quantidade de Impressões

Em 2020, a quantidade de impressões no TJAL foi de 3.368.211, menor número desde 2015 (9.347.436). Já a quantidade de impressões per capita foi de 1.040 (quinto lugar entre os Tribunais de pequeno porte que menos imprimiram).



Núcleo Socioambiental do TJ inicia disponibilização de serviço de fragmentação de documentos.

O Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) disponibiliza, serviço de fragmentação de documentos e destinação do material à coleta seletiva. Todos os papéis encaminhados pelos setores para fragmentação deverão estar de acordo com o Plano de Classificação de Documentos, instituído pela resolução do TJAL nº 34/2016.

A máquina fragmentadora funciona no ponto de pesagem da coleta seletiva, no estacionamento interno do TJAL. Unidades administrativas e gabinetes podem encaminhar documentos para descarte às segundas, terças e quintas, das 8h às 11h30.

Os responsáveis pelos documentos a serem fragmentados e descartados assinarão no ato da entrega declaração informando que o material não se enquadra no Plano de Classificação que consta na Resolução TJAL nº 34/2016 e que, no caso de enquadramento, seguiram todos os trâmites necessários conforme o Manual de Destinação de Documentos do Poder Judiciário de Alagoas.

"O serviço está à disposição de todas as unidades que se interessarem, sendo que, de acordo com o quantitativo de documentos a serem fragmentados, no caso de um volume muito alto, a logística mais econômica pode ser a destinação direta para a cooperativa de reciclagem, que também conta com fragmentadoras", ressaltando que para isso será necessário o acompanhamento de todo o procedimento por representante da unidade interessada. O Núcleo Socioambiental, reforçou, pode dar orientação necessária para cada caso." **(continua)**

COLETA SELETIVA SERÁ REVITALIZADA E EXPANDIDA PARA ARAPIRACA E PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Após suspensão por um longo período durante a Pandemia, o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) está retomando a atividade da Coleta Seletiva.

Os primeiros passos serão a revitalização da Coleta Seletiva na Sede do TJ, Fórum da Capital, Esmal, Corregedoria e a

esperada implantação em Arapiraca que teve o credenciamento da Associação dos Catadores de Resíduos Sólidos de Arapiraca (Ascara) em 2020. Está em processo ainda o credenciamento de cooperativas para Palmeira dos Índios.

Inicialmente O Núcleo Socioambiental da Assessoria de Planejamento e Modernização do TJAL vai capacitar os interlocutores das unidades e funcionários de limpeza do fórum de Arapiraca para a destinação e pesagem correta dos materiais. A previsão é que os órgãos judiciários em Arapiraca passem a destinar mensalmente uma tonelada de material reciclável para a Associação.

Desde 2016, o Judiciário alagoano já encaminhou mais de 77 toneladas de resíduos para a Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano de Maceió (Cooplum).

O montante inclui a coleta seletiva nos prédios da sede do Tribunal, Fórum da Capital, Escola Superior da Magistratura (Esmal), e Corregedoria-Geral de Justiça, que já totalizam 53 toneladas, somada à entrega voluntária de mais de 24 toneladas de material levado de casa pelos servidores.

O Tribunal de Justiça adquiriu ao todo, três fragmentadoras, por meio de iniciativa da Comissão de Gestão Documental, da Comissão Ambiental e do Núcleo Socioambiental. Além da sede do TJAL, uma máquina foi disponibilizada para o Arquivo Judiciário. A outra será ainda encaminhada ao Fórum de Arapiraca.

Inicialmente, o serviço está funcionando apenas no Tribunal. As demais unidades iniciarão a disponibilização do serviço em momento oportuno e de acordo com regras específicas a serem determinadas. Dúvidas podem ser tiradas com o Núcleo Socioambiental.



Fale conosco

Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP).

Endereço: Praça Marechal Deodoro, 319 - Centro, Cep.: 57020-919, Maceió-AL.

Telefones: (82) 4009-3197, 4009-3222 e 4009-3412.

Email: apmp@tjal.jus.br e estatistica@tjal.jus.br.

Site: <https://apmp.tjal.jus.br/>